Calidoscópio
Vol. 4, n. 1 , p. 15-26, jan/abr 2006

Carlos Alberto Faraco
carlosfaraco@netpar.com.br

Ensinar x Não ensinar gramática: ainda cabe essa questão?

To teach or not to teach grammar: is this question still pertinent?

RESUMO – Neste artigo, faz-se uma revisita à história da gramática da tradição greco-latina desde suas origens até sua adoção no estudo das línguas modernas. Destaca-se a mudança histórica que afetou o papel da gramática no ensino da língua. De início, os conteúdos gramaticais, remetendo a uma língua viva, estava subordinado ao desenvolvimento das habilidades de falar em público e de escrever. Já na conjuntura medieval, a gramática fazia referência a uma língua artificial (o latim clássico cristalizado pelos eruditos) e, por isso, passou a ocupar posição central no ensino da língua. Defende-se, ao final, uma renovação do ensino gramatical que incorpore como referência a norma padrão viva e volte a subordinar os tópicos gramaticais ao trabalho com as práticas de fala e de escrita.

Palavras-chave: história da gramática, ensino de gramática, norma padrão.

ABSTRACT – In this article, the author revisits the history of grammar in the Greco-Roman tradition **from** its origins **to** its introduction in the study of modern languages. Particular attention is given to the historical change that affected the role of grammar in language education. In Rome, grammar had a living language as a reference and its teaching was subsidiary **to the development** of speaking and writing skills. In the Middle Ages, however, grammar had as a reference a dead language (classical Latin as artificially constructed by the scholars) and, as a consequence, **it played** a central role in language education. At the end, the author proposes a renovation **in** the teaching of grammar which should take the real standard language as a reference and subordinate grammatical issues to the development of speaking and writing skills.

Key words: history of grammar, teaching of grammar, standard language.

Introdução

A gramática é um enorme bicho-papão na nossa vida. Desde os primeiros anos de escola, somos aterrorizados por uma lista de termos e conceitos que mal compreendemos e por um conjunto de regras de correção que nos são apresentadas como intocáveis fenômenos de língua, os quais, pelo seu completo anacronismo, não fazem mais qualquer sentido para a maioria absoluta dos falantes contemporâneos do português no Brasil.

Pelo caminho, vamos ouvindo ameaças tonitruantes: se não aprendermos essa parafernália toda, nunca passaremos no vestibular e nos concursos para empregos públicos (muito embora ninguém nos explique como os poucos que sabem, nem sempre passem em tais exames; e os muitos que não sabem, passem. Mas isso é outra história!).

Pelo resto da vida carregamos dúvidas cruéis sobre o que é, afinal, certo e o que é errado dizer ou escrever. E, se nos tornamos professores de português, esse enorme bicho-papão gramatical se atravessa no nosso caminho profissional e temos de gerir pesados dilemas (ensinar ou não ensinar gramática – eis a questão!) e grandes frustrações (parece que, apesar de tudo que fazemos, os alunos não aprendem esse conteúdo, nem sob gravíssimas ameaças).

Está mais do que na hora, então, de nós, como cidadãos e como professores, exorcizarmos esse famigerado bicho-papão. Olhá-lo de frente e destrinçá-lo sem temor. Superar a síndrome do erro e criar condições para um ensino mais eficiente e eficaz da língua portuguesa em nossas escolas.

Para isso, nada melhor que entender um pouco da história desse bicho-papão e suas razões de ser. Projetado na história, ele estará desmitificado. Poderemos, então, reduzi-lo a suas reais proporções e, com isso, dar nova

direção ao ensino da nossa língua, atendendo, de fato, as necessidades socioculturais da população brasileira. Histórico da Gramática[1]

Criação da gramática

Podemos dizer que o estudo gramatical é bastante antigo. Os babilônios, por exemplo, já se dedicavam a esse tipo de estudo por volta do ano 2.000 a. C. Os hindus desenvolveram uma forte tradição gramatical por volta do século IV a. C. No mesmo período, os chineses estavam também iniciando suas reflexões gramaticais.

Contudo, a gramática como nós a conhecemos hoje foi criação da cultura greco-romana. Os gregos e os romanos foram povos particularmente apaixonados por questões de linguagem. Por isso, suas reflexões nessa área – que duraram mais ou menos mil anos (como veremos adiante) – nasceram de diferentes fontes e, certamente, não é fácil resumir toda a grandeza de seu pensamento, até porque as diferentes tradições foram se interpenetrando à medida que os estudos foram se ampliando e se refinando.

Uma dessas fontes foram as práticas políticas e jurídicas. Aquelas duas sociedades conheceram, principalmente ao tempo da democracia ateniense e da república romana, momentos de grande efervescência política e jurídica, marcados por debates públicos acirrados.

Os participantes desses debates tinham de desenvolver o domínio das habilidades de fala para sustentar bem seus argumentos e tentar vencer as disputas políticas ou jurídicas. Dessa necessidade prática, nasceu a retórica, que se dedicava a estudar a língua com o objetivo de sugerir as formas de melhor explorar seus recursos expressivos para conquistar a adesão do auditório. Entre os vários temas da retórica, estavam, por exemplo, a questão do estilo (como escolher a expressão verbal mais adequada aos propósitos, à audiência e às circunstâncias do dizer) e a das figuras de linguagem (como embelezar a expressão e sensibilizar a audiência pelo uso da linguagem figurada).

Ao lado dessa tradição, desenvolveu-se uma outra, de caráter filosófico, na qual estão incluídas as reflexões de Platão e Aristóteles e também dos filósofos estóicos. Nesta, podemos identificar duas grandes direções. De um lado, especulou-se extensamente sobre a própria natureza da linguagem humana (que coisa é esta, afinal, e como funciona?). Um desses debates envolveu, por exemplo, a questão de saber se os signos lingüísticos eram motivados ou arbitrários (i.e., se o vínculo das palavras com seus referentes era dado por algo intrínseco à natureza das coisas ou por convenção historicamente construída).

De outro lado, esses filósofos criaram uma análise de vários aspectos da língua grega como parte da construção da lógica, isto é, da teoria de como se organiza o raciocínio válido.

Pelo fato de a lógica incluir necessariamente uma discussão dos juízos, também chamados de proposições (isto é, das unidades que entrarão nos processos racionais de obter conclusões válidas); e como, para os lógicos gregos, as proposições eram expressas por meio de sentenças da língua, eles tiveram de elaborar uma análise da estrutura sintática das sentenças (a partir das duas grandes funções proposicionais: sujeito e predicado) e das classes de palavras que poderiam ocupar essas funções (em especial os substantivos e os verbos, mas envolvendo também os adjetivos e os pronomes), bem como dos diferentes elementos lexicais com função de conectivos.

Além dessas duas tradições, e já mais próximo da era cristã, os gregos, principalmente na cidade de Alexandria, junto à sua famosa biblioteca, se dedicaram a estudar, com intenso cuidado, a produção literária de seus autores consagrados (i.e., de seus grandes autores do passado). E faziam isso quer restaurando e comparando manuscritos muito antigos com o objetivo de dar aos textos uma forma canônica; quer analisando e comentando esses textos cultuados por sua cultura.

Foi a partir desse tipo de pesquisa que se constituiu a tradição normativa do estudo da língua que é ainda tão forte entre nós. No fundo, ela foi, naquele momento, a solução intelectual para os conflitos gerados pela percepção da diversidade lingüística.

E essa **questão da diversidade lingüística** precisa ser bem entendida, porque ela continua dando muito pano para manga. A diversidade lingüística é sempre um osso duro de roer, porque, além da diferença das formas, há uma valoração social diferenciada recaindo sobre elas: algumas têm muito prestígio social (e constituem aquilo que chamamos de norma padrão), enquanto outras são menos prestigiadas e até ridicularizadas e censuradas. Essa valoração positiva ou negativa interfere diretamente em nossas atitudes em relação às variedades lingüísticas e seus falantes, limitando, pela força dos pré-conceitos, nossa capacidade de julgar com a necessária clareza os fatos da língua e a diversidade sociocultural. E isso, obviamente, perturba muito nosso trabalho de professores de português.

Para deixar essa questão melhor entendida, lembremos que não existe língua homogênea. Todas as línguas são caracterizadas por grande diversidade, porque as experiências de vida das comunidades falantes são sempre muito diversificadas.

---

[1] As principais informações históricas deste texto foram obtidas em Koerner e Asher (1995). Várias informações sobre o português foram retiradas de Martins (1977), Pfromm Neto (1974) e Saraiva e Lopes (s.d.); ver também Faraco (2002).

Assim, qualquer língua varia de lugar para lugar (temos, então, os dialetos geográficos). Há também, no interior da estrutura social, uma grande diversidade lingüística correlacionada a diferentes características de grupos de falantes: sua classe social, seu nível de escolaridade, sua ocupação e nível de renda, sua idade, ascendência étnica, seu gênero (temos, então, inúmeros dialetos sociais, jargões profissionais, gírias, estilos de fala).

Por outro lado, as línguas que têm escrita apresentam também grandes diferenças entre os modos de falar e de escrever (estes, em geral, mais conservadores do que aqueles). Acrescente-se a isso tudo outro importante fator de diferenciação: todas as variedades lingüísticas mudam continuamente no tempo.

É claro que a realidade lingüística não está marcada apenas pela diversidade. Em meio a esta, sempre há tendências unificadoras que geram as chamadas normas padrões, isto é, as variedades tidas como modelos de fala e de escrita.

As comunidades de falantes vivem, desse modo, no meio de forças bastante contraditórias: umas puxando para a diferenciação e outras puxando para um certo ideal de unidade.

Ora, os gregos alexandrinos percebiam, com muita clareza, esse complexo quadro em relação a sua língua. O grego clássico (que eles encontravam nos textos dos autores consagrados) era diferente do grego que eles falavam (em boa parte porque havia entre os dois uma grande distância no tempo).

Por outro lado, eles percebiam também as diferenças entre os vários dialetos de seu tempo (distribuídos ao longo do mar Mediterrâneo) e a chamada *koiné*, isto é, o dialeto ático tornado língua comum na esteira da expansão do império de Alexandre.

Diante de toda essa diversidade, eles concentraram seus esforços na direção do estabelecimento e do cultivo de um ideal de língua, isto é, de um determinado conjunto de fatos de linguagem tidos como corretos. E a referência para esse padrão era precisamente a língua como se encontrava nos grandes escritores.

Foi como desdobramento desse processo que os gregos alexandrinos vieram a criar a gramática como disciplina intelectual autônoma voltada para o estudo da língua, com o objetivo principal de fixar padrões de correção. É interessante observar que Dionísio da Trácia, o intelectual alexandrino reconhecido pelos historiadores da lingüística como o autor da primeira gramática, definiu seu trabalho justamente como o estudo empírico dos usos normais dos poetas e prosadores.

Uma vez constituída pelos alexandrinos, a gramática foi agregando as três tradições que mencionamos acima: a retórica, a lógico-filosófica e a normativa.

Os manuais gramaticais davam, então, como seu objetivo, a formulação, a partir da língua dos autores consagrados, de regras para falar e escrever corretamente; continham uma descrição da estrutura das sentenças (sintaxe) e uma classificação das palavras com uma apresentação de sua morfologia flexional (conjugação dos verbos e declinação dos substantivos). Completavam-se com um capítulo que tratava de questões de estilo, com destaque para as figuras de linguagem e para o que se convencionou chamar de "virtudes e vícios" de linguagem.

Neste ponto, é necessário dizer algumas palavras sobre **a questão da correção lingüística**. Sempre que se fala em formas corretas de língua não se está tratando de alguma qualidade intrínseca a tais formas que faria delas algo melhor que as demais.

O que estabelece a correção são valores positivos que, por razões políticas e/ou culturais, são agregados a certas formas e não a outras. Assim, do ponto de vista estrutural (i.e., da organização da língua) todas as formas e variedades lingüísticas são equivalentes. A diferença valorativa é de caráter social. Isso significa dizer que todas as formas e variedades lingüísticas têm uma organização estrutural (uma gramática), embora só algumas recebam a qualificação de corretas.

Se queremos bem ensinar a língua, temos de ter bastante clareza sobre isso, não misturando o nível estrutural e os valores sociais, entendendo que aqueles que falam variedades desvalorizadas socialmente não são lingüisticamente inferiores. E, ao mesmo tempo, precisamos ter um olhar crítico sobre os índices sociais de valor (positivos ou negativos) que recobrem as variedades lingüísticas, para que a norma padrão fique adequadamente situada em meio às demais variedades e não se torne nem uma camisa de força, nem um fator de exclusão.

A gramática em Roma

Dito isso, podemos voltar ao fio da nossa história. Os romanos incorporaram a Grécia a seus domínios no século II a. C. Desde então a cultura grega passou a ser fortemente valorizada pela elite romana que se dedicou, inclusive, a aprender a língua e a literatura grega. Mais tarde, quando incorporou Alexandria (século I a. C.), Roma passou a absorver também seus estudos gramaticais.

Roma, a essa altura, caminhava em direção ao Império e, nesse contexto de centralização de poder, recebeu os estudos alexandrinos muito bem, adotou prazerosamente a concepção normativa e trabalhou no sentido da fixação e cultivo de um latim padrão (afinal, já ia longe o tempo em que o latim era apenas a língua dos camponeses do Lácio). E, nesse trabalho, os romanos adotaram como referência a linguagem dos poetas e prosadores consagrados e dos modelos gregos. O criador da primeira gramática latina foi Varrão, que seguiu seu mestre alexandrino Crates de Malos e definiu seu trabalho como "a arte de escrever e falar corretamente; e de compreender os poetas".

Nesse processo todo, agregou-se à concepção de pessoa culta no mundo romano o pressuposto de bem

falar e bem escrever, isto é, de cultivar certos padrões de língua, aproximando seu modo de falar em público e de escrever dos usos dos autores consagrados. Em outras palavras, imitar a língua dos autores clássicos era o ideal lingüístico das pessoas cultas.

É importante, neste ponto, destacar dois fatos. Primeiro: "ser culto", naquele contexto, era atributo praticamente exclusivo dos homens com alguma posse. Nesse sentido, a gramática era um assunto para as elites masculinas, de quem se esperava um manejo versátil da língua e o uso das formas tidas como corretas.

O segundo: o ensino de língua era eminentemente prático, isto é, envolvia o exercitar das habilidades de falar em público e de escrever. E o conhecimento gramatical estava subordinado a este objetivo maior, diferentemente do que ocorre hoje entre nós, como veremos adiante.

Para essa finalidade pedagógica, os romanos produziram, no correr dos primeiros séculos da nossa era, várias gramáticas do latim. Dentre essas, ficou famosa a de Prisciano, gramático que viveu e trabalhou em Constantinopla (capital do Império Romano do Oriente) durante o governo do imperador Justiniano (século VI d. C.).

Podemos dizer que sua gramática, uma verdadeira síntese da tradição greco-romana, foi a última produzida pela cultura romana e é o grande modelo de tudo que se fez daí para frente até hoje em termos de gramática pedagógica.

Não há dúvida de que os gregos e os romanos produziram um saber sobre a linguagem que não podemos menosprezar e que poderíamos resumir em três aspectos:

a) constituíram um vocabulário para se falar sobre a língua (o que hoje chamamos de metalinguagem) que continua circulando entre nós (por exemplo, na organização dos dicionários);

b) formularam grandes perguntas sobre a linguagem humana, muitas das quais continuam bem presentes nas nossas especulações lingüísticas e filosóficas modernas;

c) sistematizaram três grandes direções para o estudo da língua que ainda hoje caracterizam alguns dos nossos modos de investigação da língua.

A respeito desse último aspecto, podemos dizer que aqueles que enfocam a língua como um sistema formal são, de certa forma, herdeiros do espírito da tradição lógico-filosófica; os que se ocupam das práticas socioculturais de linguagem são herdeiros do espírito da tradição retórica. E, finalmente, os que estudam a diversidade lingüística, os valores que a atravessam e a caracterização das normas sociais e da norma padrão são herdeiros tanto da tradição retórica quanto dos alexandrinos, mesmo que, neste último caso, não tenham mais uma atitude normativa, mas, em princípio, apenas descritiva.

Apesar desse grande acervo cognitivo, o modelo gramatical propriamente dito – a que hoje damos o nome de **gramática tradicional** – está congelado, na prática, desde Prisciano, tendo se esgotado como instrumento de geração de novos conhecimentos sobre a língua. É por isso que as gramáticas modernas são, no fundo, todas iguais e nunca contêm inovação significativa quanto à maneira de apresentar a língua.

Adiante voltaremos a essa herança para discutir se devemos ou não ensinar gramática nas nossas escolas. Por ora, retomemos nosso percurso histórico.

A gramática no mundo medieval

No tempo em que Prisciano escreveu sua gramática, o Império do Ocidente já estava todo fragmentado em reinos germânicos (a queda definitiva da cidade de Roma na mão dos germânicos foi em 476 d.C.) e a atividade intelectual estava muito reduzida em decorrência da instabilidade social. E, no Império do Oriente, embora mais estável, nada de novo se produziu, em termos de estudos gramaticais, depois dele.

Assim, sua gramática do latim foi adotada como a grande obra de referência durante todo o período medieval em que estudiosos e professores da Europa Ocidental (em especial nos mosteiros) tentaram preservar um latim clássico cristalizado como língua de erudição.

O panorama lingüístico da Europa latina, depois das invasões germânicas e da fragmentação do Império do Ocidente, era bastante complexo. De um lado, vamos encontrar os eruditos (uma pequena elite) escrevendo em latim e tentando manter os padrões clássicos, o que era cada vez mais difícil, considerando que tais padrões eram, de fato, uma referência lingüística congelada no tempo, porque perdera sua vitalidade original com a desintegração progressiva de Roma.

Esses mesmos eruditos procuravam também falar, em situações formais (no ensino, na administração política e religiosa e na diplomacia) um certo latim que tinha como referência só a escrita, na medida em que não era mais a língua viva da população.

Na comunicação cotidiana, estavam em franco desenvolvimento as novas **línguas vernáculas**, herdeiras diretas das diferentes variedades do latim popular falado, diferenciação que veio a se intensificar, seja pela desintegração do Império com as sucessivas invasões dos povos germânicos; seja pelas muitas situações de contato contínuo daqueles diferentes latins com as línguas desses povos.

Só por volta do século IX d. C. é que irão aparecer os primeiros textos escritos nessas novas línguas, dando início a um período de contraditória convivência com a prática estabelecida de só se escrever em latim.

Essas línguas (entre as quais está o português) conhecerão, nos séculos seguintes, o florescimento de uma rica produção literária, da qual são destaques a poesia provençal (que será modelo em toda a Europa latina, inclusive em Portugal), os romances de cavala-

ria e, nos séculos XIII/XIV, a obra dos grandes poetas de Florença, em especial Dante com sua monumental *Divina Comédia*.

Dante ficou famoso também como autor de um texto (*De vulgaris eloquentia*), redigido em 1304, em defesa da idéia de que já era hora de se escrever na língua vernácula (no que ele chamava de *volgare illustre*). Dois eram os argumentos: um lingüístico (a língua vernácula tinha recursos expressivos comparáveis aos do latim) e outro político (escritos em língua vernácula, os textos se tornariam acessíveis a um número grande de pessoas e não ficariam restritos aos poucos eruditos que sabiam latim).

Esse argumento político fazia especial sentido naquele momento histórico. A Europa Ocidental já tinha se estabilizado havia alguns séculos; a economia estava em expansão; e, em conseqüência, as cidades estavam crescendo. Nelas se concentrava uma nova classe que amealhava riqueza nas atividades comerciais. Essas circunstâncias todas criavam condições para fazer expandir o conhecimento para fora dos muros dos mosteiros; e a nova classe dos comerciantes preferia ter acesso a textos escritos na língua vernácula que era, de fato, sua língua materna.

Podemos dizer que foi esta a primeira onda de democratização da atividade letrada e da erudição na Europa Ocidental e que veio a ter grande importância nos desdobramentos históricos posteriores.

Consolidadas na criação literária, as línguas vernáculas passaram progressivamente a ser também adotadas pelos governos para substituir o latim na redação dos documentos oficiais. O latim, contudo, permanecerá na escrita acadêmica até pelo menos o século XVII; nas atividades diplomáticas até o século XVIII; nos rituais religiosos da Igreja Romana até o século XX; e na redação de seus documentos oficiais (as encíclicas papais, por exemplo) até hoje.

A gramática das línguas modernas

No fim do século XV e começos do XVI, a situação estava madura para o início dos estudos gramaticais das línguas vernáculas. Já se impunha, nesse momento, a necessidade de se sistematizar uma descrição dessas línguas e de registrar uma referência normativa que atendesse aos objetivos de unificação lingüística trazidos pela criação dos novos Estados unificados. Essas línguas, principalmente o português e o castelhano, estavam se tornando línguas imperiais e isso lhes dava novo *status* político a favorecer movimentos unificadores.

Esses movimentos seguiram três direções, no século XVI:

a) escreveram-se as primeiras gramáticas dessas línguas;

b) fizeram-se as primeiras propostas com vistas à fixação da ortografia;

c) organizaram-se os primeiros dicionários.

Os gramáticos tomaram como modelo de descrição das línguas vernáculas aquilo que lhes era bem conhecido, isto é, as antigas gramáticas latinas, em especial a de Prisciano, modelo que, como dissemos acima, até hoje se reproduz entre nós.

O castelhano foi a primeira dessas línguas a ter uma gramática escrita. Seu autor foi Antônio de Nebrija, que a fez publicar em 1492, dedicando-a aos chamados Reis Católicos, Fernando e Isabel, cujo casamento unira os reinos de Aragão e Castela, base da Espanha moderna. Nebrija justificava sua gramática do castelhano pela "necessidade de se fixar uma língua enobrecida" para ser difundida pelo império que começava a ser constituído.

É interessante lembrar (para entendermos bem seu sentido político) que essa gramática apareceu no mesmo ano em que ocorreu a conquista de Granada, último reduto árabe da península ibérica, pelos castelhanos. Com isso, se completava o longo período de luta dos povos ibéricos contra a dominação árabe (que ficou conhecido como a Reconquista) e se atingiam as bases para a construção de um Estado unificado. Foi também em 1492 que a Espanha iniciou seu empreendimento colonial, subvencionando a primeira viagem de Colombo em direção ao Oeste.

As primeiras gramáticas do português apareceram a partir de 1536, quando Portugal vivia ainda um período de auge político como a primeira grande potência do mundo moderno. A mais famosa dessas primeiras gramáticas é a de João de Barros (publicada em 1540). Vale a pena citar aqui a definição que esse autor dá de gramática: "É vocábulo grego: quer dizer ciência de letras. E segundo a definição que lhe deram os gramáticos é um modo certo e justo de falar e escrever, colhido do uso e da autoridade dos barões doutos".

A ortografia do português só vai encontrar relativa estabilidade no correr do século XX, quando a questão ortográfica se torna um assunto de Estado e se criam leis fixando a ortografia oficial. Quanto aos dicionários, o século XVI conhecerá o primeiro de português-latim-português, da autoria de Jerônimo Cardoso, publicado em 1562. Contudo, só no século XVIII aparecerá o primeiro grande dicionário da língua portuguesa, organizado por Morais e Silva em 1789.

Fixando a norma padrão: dois caminhos

O grande objetivo desses primeiros gramáticos era, portanto, contribuir para fixar um padrão de língua. E essa fixação se fez em Portugal, na Espanha e, mais tarde, na França, combinando dois aspectos:

o prestigiamento social do dialeto falado pela aristocracia no centro político do país (dialeto que passou a ser identificado como a língua) e o cultivo de uma escrita vernácula latinizada, isto é, de uma imitação adaptada à língua moderna de modelos estilísticos dos escritores latinos clássicos[2].

A norma padrão adquiriu, assim, na Europa latina, o reforço do princípio de que o modelo de correção está nos grandes escritores antigos. Como as línguas modernas não tinham ainda consagrado suficientemente seus próprios escritores, tomavam-se os autores romanos como referência estilística.

É interessante observar como a norma padrão se constituiu, nesse momento, a partir de um viés bastante conservador: era um modelo de língua identificado com a fala formal da aristocracia e, na escrita, um olhar voltado para o passado longínquo.

Diferente dos outros países latinos, a Itália só veio a se unificar politicamente no século XIX. No século XVI, a península itálica era um mosaico de reinos independentes, além dos territórios sob domínio direto do papa. Desse modo, não havia um centro político que favorecesse a identificação de um dialeto como padrão. Por isso, assistiu-se a uma longa polêmica em torno de qual dialeto tomar como referência normativa (a célebre *questione della lingua*).

Havia três posições: alguns defendiam que a língua de Dante (i.e., o toscano do século XIV) fosse a referência; outros defendiam que se tomasse o toscano contemporâneo (i.e., aquele que se falava no século XVI); e havia ainda aqueles que defendiam a fixação de uma norma pan-itálica com base nos usos comuns das diferentes elites regionais.

A posição vencedora foi a primeira, exatamente a mais conservadora de todas. Com isso, o ideal de língua fixado para o mundo itálico era duplamente arcaico: cultivava-se como norma uma língua distante 200 anos no passado. E, ao mesmo tempo, praticava-se a latinização estilística a que nos referimos acima. Por isso, esse ideal de língua permaneceu no domínio exclusivo dos letrados (uma minoria) e, pelo seu perfil arcaico, só ocorria, de fato, na escrita.

Esse olhar para o passado – um conservadorismo lingüístico excessivo – acabou ficando como a marca da construção das normas padrões nos países latinos, marca que ainda nos persegue no início do século XXI, como veremos adiante.

O processo nos países germânicos foi bastante diferente. Ali, a tradução da Bíblia para a língua vernácula, estimulada pela Reforma protestante, direcionou a busca do ideal de língua não no passado ou nos grandes escritores consagrados, mas em variedades contemporâneas.

O objetivo da tradução, segundo os líderes da Reforma, era franquear a leitura do texto bíblico a todos os fiéis. Assim, a variedade escolhida não poderia ser arcaica (o que acabaria por inviabilizar a compreensão pela maioria), mas deveria ser uma variedade contemporânea.

A primeira dessas traduções no século XVI foi aquela realizada pelo próprio Lutero para o alemão, publicada em 1522 (o Novo Testamento) e em 1536 (o Antigo Testamento). Seguiram, dentro do mesmo espírito, as traduções para o holandês, o dinamarquês, o sueco, o islandês e o inglês. Todas essas traduções se tornaram as grandes referências para a fixação das normas padrões desses países e marcos fundamentais da construção da respectiva língua escrita em suas feições modernas.

Assim, na área de influência da Reforma, os países criaram uma tradição normativa mais pragmática e menos conservadora que nos países latinos. Até hoje persiste essa diferença entre a tradição latina de fixar a norma pelo passado e a tradição germânica de fixar a norma pelo presente.

Um dos sinais mais interessantes dessa diferença está no fato de que os países latinos, presos a um modelo normativo anacrônico, se viram, principalmente a partir do século XVII, na necessidade de criar Academias com o objetivo de policiar os caminhos da língua padrão. Com isso, instauraram fortemente em suas elites letradas a

[2] Saraiva e Lopes (s.d., p. 260) lembram, por exemplo, que João de Barros, o grande humanista português do século XVI, autor da Gramática mencionada no texto e também de crônicas históricas, acreditava na analogia gramatical entre o português e o latim e, no fundo, aspirava a um português alatinado. Destacam que seus períodos afastam-se excessivamente da língua oral: são longos e complexos, agrupando, por subordinação, múltiplas circunstâncias à volta da ação principal.

Talvez seja resquício desse momento em que se aspirava a um português alatinado, a regra, ainda corrente em nossas gramáticas, de que é optativo em português o uso dos pronomes pessoais na função de sujeito. Embora isso fosse regra em latim, os estudos de história do português mostram que a ocorrência do pronome sujeito está cada vez mais categórica no português moderno, muito provavelmente em razão das profundas mudanças que, desde o século XIV, vêm alterando significativamente o quadro dos pronomes pessoais e da conjugação verbal.

Por outro lado, talvez também seja resquício desse tempo latinizante o comentário de Antônio Feliciano de Castilho, talvez o mais purista dos escritores portugueses do século XIX, de que a ordem direta sujeito-verbo-objeto era galicismo. No início do século XX, Laudelino Freire (s.d., p. 68-69) vai ainda repetir Castilho nos seguintes termos: "Regra LXI – No construir a frase preferir a ordem inversa à direta, sempre que isto se não oponha a clareza ou harmonia. – O péssimo de todos os galicismos, o mais freqüente, o que vai tanto de foz em fora, que nem nos arriscamos a futurar se haverá diligências que lhe tenham mão, é o galicismo da construção e contextura do período. Uma diferença característica dos períodos francês e português é esta: que o francês se adstringe, quase sem exceção, à chamada ordem gramatical, colocando primeiro o sujeito, depois o verbo, por último o complemento [...] O português, quanto mais genuíno, tanto mais propende para pôr primeiro o verbo, e depois o seu agente; e, se constantemente não o faz, é porque algumas vezes lho embarga a suprema lei da clareza, outras a da harmonia."

idéia de que existe uma língua pura, um monumento a ser congelado e preservado. Nenhuma instituição semelhante existe nos países germânicos.

Diante dessa diferença, vale a pena fazer aqui um comentário relevante para quem ensina português. Enquanto a questão do domínio da norma padrão era problema de uma reduzida elite, um modelo normativo anacrônico não causava maiores dificuldades. Contudo, à medida que mudanças socioeconômicas (em especial, a industrialização e a urbanização) trouxeram a necessidade de se ampliar o acesso da população à escola e se propagou o conceito moderno de cidadania (que inclui o direito de todos aos bens culturais), um tal modelo passou a ser um problema grave, como no Brasil de hoje. Um padrão arcaico não faz sentido para a maioria da população e, desse modo, insistir nele acaba por embaraçar não só o ensino do padrão real, como o próprio funcionamento social da norma padrão.

O modelo pedagógico medieval

Durante o período medieval, ocorreu, em termos pedagógicos, uma guinada na forma de se estudar a língua, guinada que até hoje está presente entre nós.

Como vimos, o estudo da língua entre os gregos e os romanos visava primordialmente o domínio das habilidades de certos tipos de fala e de escrita. A gramática entrava subordinada àquele objetivo maior, i.e., estudar gramática deveria subsidiar o desenvolvimento daquelas habilidades tidas como ideais a serem cultivados. Desse modo, ela não era uma matéria que se esgotava em si mesma: não se tratava de estudar a gramática pela gramática, mas de refletir sobre a estrutura da língua, sobre os padrões sociais de correção e sobre os recursos retóricos com vistas a melhor manejar a fala e a escrita.

As mudanças sociais, políticas e culturais trazidas pela desintegração de Roma redundaram em mudanças naquele projeto pedagógico. Diminuíram os espaços de uso público da fala e a prática de escrita ficou restrita aos mosteiros. Nesse contexto, o estudo do latim (a língua cultivada pelos letrados) vai adquirindo um caráter cada vez mais artificial: a língua viva do cotidiano, a primeira língua da população, era já um dos vernáculos românicos oriundos, como vimos acima, do contato dos diferentes dialetos latinos falados em cada região com as várias línguas germânicas trazidas pelas sucessivas ondas invasoras.

Assim, aprender o latim da erudição era, de fato, aprender uma segunda língua, com o agravante de que dela não havia mais falantes nativos. Isso exigia um elaborado trabalho intelectual que tinha de começar por uma descrição da língua. Com isso, a gramática deixou de ser suplemento para falantes interessados em aperfeiçoar o domínio de sua língua materna e passou a ser ponto de partida para se chegar a conhecer a língua que lhes era, de fato, estrangeira.

Construiu-se, então, um modelo pedagógico que, além de fortemente normativo (era preciso continuamente dizer o que era o latim "correto", já que não havia mais referência viva de qualquer padrão social), partia sempre do estudo gramatical. Só depois disso é que se passava à leitura e estudo dos textos e à prática da fala e da escrita.

Esse modelo, à medida que o domínio do latim vai ficando sempre mais artificial e restrito, gerou dois vícios pedagógicos dos quais não conseguimos ainda nos livrar: **o normativismo e a gramatiquice**.

Chamamos de gramatiquice ao estudo da gramática como um fim em si mesmo; e entendemos por normativismo a atitude diante da norma padrão que não consegue apreendê-la como apenas uma das variedades da língua, com usos sociais determinados. Em conseqüência, toma-a como um monumento pétreo (invariável e inflexível) e condena como erro todas as formas que não estão de acordo com aquilo que está prescrito nos velhos manuais de gramática.

Quando se tratou de organizar, a partir do século XV/XVI, o ensino da língua vernácula, foi o modelo pedagógico medieval que se tornou a referência. Quer dizer: transferiu-se para o ensino de língua materna uma metodologia que servia para o ensino de uma língua artificial.

Se pensarmos que o processo de fixação da norma padrão, nos países latinos, foi artificializante (i. e., o modelo de língua escolhido sempre teve características arcaicas), não é estranho que, naquele momento, se tenha adotado precisamente aquela metodologia. Afinal, estava-se ensinando uma variedade artificial da língua. Com isso, os vícios pedagógicos do normativismo e da gramatiquice se espraiaram pelo ensino de língua materna e estão conosco até hoje.

Como veremos à frente, o problema central do ensino de português não é saber se devemos ou não ensinar a norma padrão; se devemos ou não ensinar gramática. E, sim, como nos livrar do normativismo e da gramatiquice para podermos oferecer aos nossos alunos condições para eles se familiarizarem com aquelas práticas sociais de linguagem, orais e/ou escritas, relevantes para sua efetiva inserção sociocultural.

O Brasil entra nessa história

Esse modelo medieval de ensino da língua chegou ao Brasil já no século XVI com as práticas pedagógicas dos jesuítas e aqui se consolidou, favorecido certamente pelas características excludentes da sociedade colonial e de suas sucessoras, nas quais sempre foi de muito poucos o direito à educação escolar.

Onde poucos têm direito à educação e esta é vista basicamente como um adereço sociocultural, é difícil romper com um modelo elitista e artificial de ensino da língua materna. A crise desse modelo, contudo, é hoje muito aguda na escola brasileira.

Como resultado da consolidação desse modelo entre nós, o normativismo e a gramatiquice entranharam-se em nossos modos de conceber a língua. É comum, por exemplo, as pessoas que tiveram experiência de escolarização dizerem que ninguém fala bem o português no Brasil; que os brasileiros falam errado. Com freqüência lemos afirmações desse tipo na imprensa, onde também são comuns os consultórios gramaticais.

Estes insistem, desde os fins do século XIX, em apontar, numa fúria condenatória, nossos pretensos erros de língua e em dizer como deveríamos falar e escrever. Para isso, tomam, como base, sem nenhuma crítica, as gramáticas tradicionais, cujo modelo de língua é não só arcaico, como excessivamente artificial.

Seu arcaísmo é visível em vários pontos. Um exemplo particularmente gritante está no capítulo dos pronomes pessoais que remete a uma situação lingüística que só ocorreu, de fato, até começos do século XIV. De lá para cá, o sistema pronominal do português alterou-se profundamente sem que as gramáticas registrassem essas mudanças.

Para ficarmos em poucos exemplos, lembremos que as formas de segunda pessoa, com a criação do pronome *você(s)*, ou foram abandonadas (como o pronome *vós*); ou ficaram restritas geográfica e socialmente (como o pronome *tu,* que, além disso, passou a combinar variavelmente com formas verbais de segunda ou de terceira pessoa); ou foram recicladas (como o possessivo *vosso*, que permanece corrente em Portugal, muito embora não se use mais o *vós* e suas respectivas formas verbais; ou como o pronome *lhe(s)* que passou a ocorrer também com um sentido de segunda pessoa e, nesta situação, perdeu seu caráter apenas de objeto indireto). Nada disso tem recebido um tratamento adequado nas nossas gramáticas.

Em conseqüência, a escola continua a ensinar, no início do século XXI, um estado de língua que, como tal, não existe mais há, pelo menos, 700 anos. E os consultórios gramaticais, desconsiderando a história da língua, se ocupam em condenar boa parte dos usos pronominais correntes, sem conseguir dar conta, minimamente, dos fatos da língua real.

Por outro lado, o caráter excessivamente artificial da norma apresentada como padrão nas gramáticas brasileiras decorre do modo como se encaminhou, no Brasil, o problema da língua padrão.

No século XIX, depois da independência política, os letrados brasileiros debateram bastante a questão da língua. A pergunta central era que modelo de língua se deveria adotar na escrita. A resposta vencedora nesta longa polêmica não foi no sentido da adoção de um português abrasileirado (i.e., adotar na escrita as características da fala das elites letradas brasileiras), mas, bem ao contrário, no sentido de uma imitação do padrão escrito lusitano que se firmara com os autores do Romantismo em Portugal.

Em uma primeira análise, a direção vitoriosa poderia ser avaliada como um paradoxo. Afinal, o país se tornara independente politicamente e se poderia imaginar que, no processo de construção de sua identidade nacional, viesse a privilegiar suas características diferenciadoras.

Contudo, a análise feita desse evento por Emílio Pagotto (1998), seguindo o historiador Antonio Gil, desfaz o aparente paradoxo. Mostra ele que a lusitanização progressiva da norma escrita, num período de 65 a 70 anos, se encaixa perfeitamente no projeto político da elite brasileira pós-independência de construir uma nação branca e europeizada, o que significava, entre outros muitos aspectos, distanciar-se e diferenciar-se do *vulgo* (para usar uma expressão comum nos textos dos intelectuais do século XIX), isto é, da população etnicamente mista e daquela de ascendência africana, que constituíam, sem dúvida, um estorvo grande àquele projeto. Vale lembrar, neste ponto, que, não por acaso, a elite defenderá abertamente, mais tarde (e, pelo menos, até a década de 1930), a chamada "higienização da raça".

Em termos de língua, a elite vivia complexas contradições. Duas realidades eram evidentes para todos: o português de cá tinha diferenças em relação ao português de lá; e aqui dentro o "nosso" português diferia do português do "vulgo". Como resolver, na construção do novo país, esse duplo eixo de diferenças?

A elite mais conservadora passou a defender o discurso da unidade absoluta: há uma só língua e cumpre preservar sua "pureza", que nos é dada pelos portugueses, seus legítimos e únicos proprietários. Nesse sentido, o português de cá deveria aproximar-se do de lá, ignorando as diferenças e tomando como modelo os escritores lusitanos.

Se o lado que defendia o abrasileiramento tivesse vencido, isso teria redundado na aproximação da norma escrita ao padrão falado no nosso país. Sua lusitanização, contudo, artificializou nossa referência lingüística e gerou um fosso profundo entre o modo como falamos em situações formais e o modo como escrevemos; ou, em outros termos, entre a norma padrão real e a norma cultuada; entre o que os letrados usam em sua fala formal e o que se codificou como correto na escrita.

Como essa codificação foi artificial na origem e ficou congelada nas nossas gramáticas; e como o padrão real falado continuou mudando no tempo, esse fosso é cada vez maior entre nós, o que complica enormemente nossas relações com a norma padrão (somos um país perdido em confusão nessa área) e seu ensino.

Não custa lembrar que, naquele processo, muitos fenômenos foram fixados como os únicos corretos, sem qualquer esforço de investigação, mas a base do mais puro arbítrio. O exemplo mais forte disso são as famosas regras de colocação de pronomes átonos. Estabelecidas arbitrariamente e fixadas como dogma por

volta de 1880, vêm aterrorizando sucessivas gerações de jovens brasileiros.

Aqueles que, como o escritor José de Alencar, combateram essa forma arbitrária de definir as regras de correção, mostravam que muitos dos fenômenos apontados como errados já ocorriam normalmente nos escritores clássicos da língua.

Contudo, essa remissão aos clássicos – critério básico, como vimos acima, para o estabelecimento do padrão entre os que criaram a gramática há 2000 anos – teve, no Brasil, o efeito contrário. Em vez de motivar uma revisão da normatização, levou os gramáticos a acusar os clássicos de terem errado, sempre que seus usos desmentiam as regras inventadas[3]. Essa atitude, aliás, está ainda presente em gramáticas muito recentemente publicadas, como a última edição (dita "revista e ampliada") da *Moderna gramática portuguesa* de autoria de Evanildo Bechara (2000).

Esse estreitamento da questão foi nos conduzindo à situação paradoxal em que nos encontramos ainda hoje. Se os puristas consideravam que os clássicos não podiam ser referência segura; se se descartava qualquer possibilidade de certos usos brasileiros serem legitimados na escrita com base no "bom senso" e/ou no estudo empírico (para usar as palavras de José de Alencar); que referência sobrava para a norma padrão além do arbítrio dos que se arrogavam o direito de ditar normas?

É esse vício de origem a causa de as nossas gramáticas, escritas em princípio para registrar a norma padrão, tornarem-se elas a própria norma, isto é, criaram-se como códigos que se autojustificam; que recusam a norma real; que desmerecem o trabalho lingüístico dos escritores; que não conseguem tratar adequadamente da diversidade lingüística; e que excluem qualquer diversificação de suas fontes. Há uma sutil, mas danosa inversão aqui: em vez de dizermos: por ser a norma padrão está nas gramáticas; dizemos: por estar nas gramáticas é a norma padrão.

Se essa é a origem e esse o processo que se consolidou, não é de espantar a reverência acrítica e quase irracional (pois não admite contestação) com que ainda hoje nos relacionamos com a gramática; nem o dogmatismo e o obscurantismo com que se tratam as questões da norma padrão entre nós.

Dentre os mecanismos de imposição da norma cultuada, encontra-se a escola. Está nela entranhada uma verdadeira neurose normativista, além de um arraigado compromisso com a gramatiquice.

É bom lembrar, neste ponto, que a instituição que modelou o ensino de português nessa direção (consolidando o modelo pedagógico medieval trazido pelos jesuítas) foi o Colégio D. Pedro II. Criado no Rio de Janeiro em meados do século XIX para ser a referência de todo o sistema de educação média do país, esse colégio cumpriu essa tarefa, no caso da disciplina de Língua Portuguesa, por diversos meios.

Em primeiro lugar, cabia-lhe definir os Programas de Português, isto é, os temas que deveriam ser tratados nas diversas séries do ensino e avaliados nos exames. Tais Programas – que arrolavam basicamente tópicos de gramática – se cristalizaram, em nossa tradição escolar, como verdadeiras normas programáticas para o ensino de português. Ainda hoje esses Programas se repetem, se não em documentos curriculares oficiais mais recentes (principalmente a partir da década de 1980), na ideologia da escola e, por conseqüência, na organização de boa parte dos livros didáticos. E, claro, nos programas de ingresso em diferentes escolas públicas e no ensino superior; e, desde a criação do DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) pelo governo federal, na década de 1930, nos programas de concursos para ingresso no serviço público. Aos poucos, estabeleceu-se, nessa esfera, um forte círculo vicioso: os concursos dão como justificativa de seus programas a programação escolar; e as escolas justificam sua programação pelos programas dos concursos!

Outro aspecto da ação institucional do Colégio D. Pedro II foi a produção por seus catedráticos de Língua Portuguesa de gramáticas escolares. Isso acabou por fazer escola na definição do que deveria ser considerado como "boa linguagem", modelo que até hoje as nossas gramáticas repetem acriticamente.

Esse quadro todo contribuiu significativamente para a construção não só de diretrizes para o ensino, mas principalmente para a disseminação e consolidação da atitude normativista na escola e na sociedade em geral, combinando o purismo com a síndrome do erro.

Na década de 1920, os poetas e prosadores da primeira geração modernista criticaram extensamente essa ideologia lingüística. São exemplos dessa crítica as polêmicas de Mário de Andrade pela imprensa e também seus textos literários, como *Macunaíma*, em que transpôs para a escrita várias estruturas e palavras correntes na linguagem da classe média urbana paulista de seu tempo.

Ficaram célebres também os versos de Manuel Bandeira nos seus poemas *Poética* e *Evocação do Recife*, ambos publicados no seu livro *Libertinagem* e que são verdadeiros manifestos por uma nova política em relação à língua no nosso país.

[3] Um exemplo, dentre muitos, pode ser encontrado no seguinte comentário de Laudelino Freire (s.d., p.18) a propósito da regra que estipula a obrigatoriedade da anteposição do pronome átono ao verbo quando precedido de onde, quando, como: "Os exemplos colhidos nos clássicos mais corretos, que porventura contrariem esta regra, não lhe tiram o caráter imperativo, e devem ser tidos por meros deslizes ou desatenções."

No primeiro poema, lê-se:

[...]
Estou farto do lirismo que pára e vai averiguar no dicionário o cunho vernáculo de um vocábulo.

Abaixo os puristas!
Todas as palavras sobretudo os barbarismos universais
Todas as construções sobretudo as sintaxes de exceção
Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis
[...]

No segundo,

[...]
A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear
A sintaxe lusíada
[...]

Embora essa crítica tenha tido certo efeito sobre a renovação da nossa língua literária, continuamos, na prática escolar e no imaginário social, sufocados pelo normativismo e pela gramatiquice.

Pesquisando a norma brasileira real

Nos últimos 50 anos (pelo menos desde o estímulo trazido pelo trabalho mais sistemático de Serafim da Silva Neto [1977] sobre a língua portuguesa no Brasil), alguns acontecimentos merecem destaque. De um lado, o desenvolvimento de estudos dialetológicos e sociolingüísticos de variedades brasileiras do português faladas em contextos rurais e urbanos. E, de outro, as pesquisas da nossa norma padrão real.

Na área da dialetologia, além dos trabalhos pioneiros de Amadeu Amaral (que estudou o chamado dialeto caipira na década de 1920) e de Antenor Nascentes (que estudou aspectos da fala da cidade do Rio de Janeiro na mesma época), temos a pesquisa conduzida por Nelson Rossi na década de 1960, a partir da qual se publicou o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, importante referência de vários outros atlas regionais organizados posteriormente.

Na área da sociolingüística, são vários os estudos das falas urbanas brasileiras realizados a partir da década de 1980, dentre os quais se destacam os trabalhos de Stella Bortoni em Brasília; o projeto Censo da Variação Lingüística do Rio de Janeiro e o projeto Variação Lingüística Urbana no Sul do Brasil (VARSUL).

Esse acervo de pesquisas, que continuam a ser desenvolvidas em vários pontos do Brasil, permitem traçar um perfil lingüístico dos diferentes vernáculos urbanos (i.e., das variedades urbanas orais não padrões) e rurais praticados no nosso país.

Quanto à norma padrão, dois projetos dela vêm se ocupando. O padrão falado foi enfocado pelo projeto NURC (Norma Urbana Culta) que gravou, na década de 1970, em cinco capitais (Rio, São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Recife), várias horas de fala de pessoas com formação universitária, em diferentes situações formais (exposições, conversas e entrevistas).

Esse material foi, a partir de 1986, objeto de análise sistemática, por vários lingüistas brasileiros, no projeto Gramática do Português Falado, sob a coordenação do professor Ataliba de Castilho, donde resultaram dez volumes de estudos descritivos especializados.

Quanto à norma padrão escrita, a pesquisa de maior porte foi realizada pela equipe do Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP – campus de Araraquara. Constituiu-se aí um banco de dados de 70 milhões de ocorrências a partir de textos escritos contemporâneos de literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática, o que garante diversidade de gêneros discursivos e permite a abrangência de diferentes situações de enunciação.

Com base nesse banco de dados, foram publicadas duas importantes obras de referência: o *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil* (coordenado por Francisco da Silva Borba e publicado em 1990) e a *Gramática de usos do português* (escrita por Maria Helena de Moura Neves e publicada em 2000).

Embora as publicações dos dois projetos sejam ainda voltadas fundamentalmente para um público mais especializado, elas reúnem um material de excelente qualidade e fonte indispensável de consulta para os estudos da norma padrão oral e escrita do Brasil.

Não se pode mais dizer que a norma padrão brasileira real, falada ou escrita, nos seja de todo desconhecida. Também não se justifica mais a insistência em considerar normativamente corretos apenas os fenômenos arrolados nas gramáticas tradicionais. Temos, hoje, plenas condições de redirecionar nossas relações com o padrão, combinando aquilo que a história moderna da língua consolidou pelas diferentes práticas de seus escritores (a que poderíamos chamar de **padrão clássico**) com aquilo que efetivamente se usa atualmente no Brasil na fala formal e na escrita (a que poderíamos chamar de **padrão moderno**).

A partir desse patamar, fica ainda mais evidente que a norma padrão não é uma camisa de força imutável no tempo. Ao contrário, ela é grandemente flexível, fornecendo aos falantes inúmeras formas lexicais e gramaticais alternativas. Tendo isso claro, os falantes poderão pensar e praticar a gramática padrão como uma gramática entre outras e bastante flexível, o que lhes permitirá ser parte ativa da língua e não sua vítima.

Enfrentando a crise do ensino

Nos últimos 50 anos e em especial a partir da década de 1980, professores de português e pesquisadores da língua têm feito **a crítica do ensino tradicional de português**. Houve e continua havendo esforços para construir alternativas a esse ensino. Não obstante, o quadro pedagógico tem mudado pouco. Talvez porque ainda não conseguimos fazer e disseminar, com todas as letras, a crítica radical ao normativismo e à gramatiquice.

E essa não uma tarefa fácil, porque o normativismo e a gramatiquice não são apenas concepções e atitudes ligadas à língua e seu ensino. Pelo seu caráter conservador, impositivo e excludente, o normativismo e a gramatiquice são parte intrínseca de todo um conjunto de conceitos, atitudes e valores fundamentalmente autoritários, muito adequados ao funcionamento de uma sociedade profundamente marcada pela divisão e exclusão social.

O ensino de português, nesse sentido, não está separado da sociedade que o justifica e o sustenta. Desse modo, criticá-lo é também criticar essa mesma sociedade; agir para mudá-lo é também agir para transformar a sociedade.

De saída, temos de ter sempre claro que a questão da língua é, fundamentalmente, uma questão política e como tal deve ser tratada. Isso significa dizer que a perspectiva científica (conforme relatada no item anterior) por si só não esgota o problema, embora deva ser ingrediente inalienável do debate.

Assim, mais do que apenas a indispensável realização e a divulgação de estudos empíricos sistemáticos da realidade lingüística brasileira, temos de agitar a esfera de nossas representações socioculturais. E para isso é crucial criarmos espaços públicos que favoreçam o debate franco e aberto dessa complexa questão, tarefa comum à Universidade e à imprensa. A primeira terá de sistematizar melhor seu próprio discurso, explicitando suas dimensões políticas. Ao mesmo tempo, cabe-lhe multiplicar, de preferência junto com as outras esferas do sistema educacional, eventos e publicações de divulgação científica e crítica cultural.

À imprensa, além de arejar urgentemente seu universo de conceitos e imagens da língua, terá de romper sua atual estreiteza de horizontes, abrindo espaço para vozes outras que não apenas a do dogmatismo e do obscurantismo lingüístico-gramatical, encarnada nos consultórios gramaticais.

O desafio maior está, portanto, na **reconstrução de nosso imaginário sobre a língua**, promovendo, nessa área, um reencontro do país consigo mesmo. Nesse sentido, deverá estar na pauta, por exemplo, a superação crítica do fosso lingüístico que o século XIX criou artificial e arbitrariamente entre nós como parte de um anacrônico projeto de sociedade apenas branca e europeizada. Em outras palavras, a questão da língua terá de ser percebida também em sua dimensão histórica.

Será parte indispensável de todo esse processo desenvolver uma compreensão desapaixonada da diversidade do português que aqui se fala. Só assim teremos condições para superar a síndrome do erro absoluto e agir no sentido de eliminar os preconceitos lingüísticos que tanto mal nos causam.

Ao mesmo tempo, com aquela compreensão teremos o fundamento para entender, com a clareza que hoje nos falta, os sentidos sociais e culturais da norma padrão oral e escrita, delineando melhor, inclusive, sua própria configuração (como apontamos no item anterior). Isso deverá nos levar a reescrever, com base nas informações disponibilizadas pelas pesquisas lingüísticas, nossas gramáticas e a enriquecer nossos dicionários, produzindo efetivos e eficazes manuais de referência para todos, em especial para os professores, a quem cabe a parte maior da tarefa de transmissão dos padrões de língua.

A propósito dessas últimas observações, é importante lembrar que os padrões de língua constituem, numa sociedade moderna e democrática, caracterizada por complexidade e pluralidade em elevado grau, indispensáveis elementos de agregação social e cultural. Isso, porque, embora emergindo continuamente da diversidade sociolingüística, adquirem um certo valor de transcendência do específico e, portanto, de convergência e relativa unidade. A norma padrão não é mais bem exclusivo da aristocracia; ela precisa ser cultivada e difundida como um fator de inclusão sociocultural do cidadão. No Brasil, paradoxalmente, o padrão, em especial a norma escrita, pelo seu caráter artificial e arbitrário, têm sido antes fator de lastimável exclusão.

Ensinar gramática?

A crítica à gramatiquice e ao normativismo não significa, como pensam alguns desavisados, o abandono da reflexão gramatical e do ensino da norma padrão. Refletir sobre a estrutura da língua e sobre seu funcionamento social é atividade auxiliar indispensável para o domínio da fala e da escrita. E conhecer a norma padrão é parte integrante do amadurecimento das nossas competências lingüístico-culturais. O lema aqui deve ser: **reflexão gramatical sem gramatiquice e estudo da norma padrão sem normativismo.**

Não cabe, no ensino de português, apenas agir no sentido de os alunos ampliarem seu domínio das atividades de fala e escrita. Junto com esse trabalho (que é, digamos com todas as letras, a parte central do ensino), é necessário realizar sempre uma ação reflexiva sobre a própria língua, integrando as atividades verbais e o pensar sobre elas.

Esse pensar visa a compreensão do funcionamento interno da língua e deve caminhar de uma percepção intuitiva dos fatos a uma progressiva sistematização, acompanhada da introdução do vocabulário gramatical básico (aquele que é indispensável, por exemplo, para se entender as informações contidas nos dicionários). No fundo, trata-se de desenvolver uma atitude científica de observar e descrever a organização estrutural da língua, com destaque para a imensa variedade de formas expressivas alternativas à disposição dos falantes.

Desse modo, se os conteúdos gramaticais não podem desaparecer do ensino, também não podem simplesmente permanecer arrolados e repassados como no ensino tradicional. Só existe sentido em estudar gramática, se esses conteúdos estão claramente subordinados ao domínio das atividades de fala e escrita, isto é, se eles têm efetiva relevância funcional. Ou, dito de outro modo, se conseguimos **romper radicalmente com o modelo pedagógico medieval de ensino de língua**, conforme descrito anteriormente.

Estudar um conjunto de temas gramaticais (normalmente listados pelo índice das gramáticas e postos numa seqüência desprovida de qualquer articulação funcional) pelo simples fato de estudá-los – prática corriqueira e tradicional da escola – não tem a menor razão de ser.

Estudar, por exemplo, a concordância verbal tem sentido quando claramente articulada com o uso da norma padrão (face às diferenças entre o padrão e as demais variedades nessa área gramatical específica). Isso pressupõe – em meio às atividades de fala e escrita dos alunos – um trabalho de contraste entre a língua falada informal, a língua falada formal e a língua escrita, trabalho que está hoje favorecido pela grande quantidade de estudos descritivos dessas diferentes variedades.

Mais ainda: como boa parte dos fatos de concordância envolve estruturas alternativas e não categóricas, seu estudo se justifica também como parte das atividades de reconhecimento da flexibilidade estrutural da língua que abre amplas faixas de opções expressivas para o falante.

Reduzir, contudo, o estudo da concordância a uma lista de regras, cobrando sua aplicação em exercícios insossos e descontextualizados, é atividade inócua.

Um último exemplo: estudar as conjunções tem sentido se o fizermos explorando suas funções textuais, como parte do trabalho de controle dos processos estruturadores do texto; ou se o fizermos explorando as correlações sinonímicas de construções coordenadas e subordinadas, como parte do estudo dos recursos expressivos à disposição dos falantes.

Reduzir, contudo, o estudo das conjunções a uma lista de classes e subclasses; a distribuí-las e nominá-las é saber inútil, atividade inócua.

Em síntese, o estudo de conteúdos gramaticais faz sentido quando feito de forma contextualizada e funcional (i.e., subordinado às atividades que visam o domínio das práticas de fala e escrita). Além disso, seu estudo deve ser feito de modo a destacar a flexibilidade estrutural da língua e a conseqüente riqueza expressiva à disposição dos falantes: nenhuma língua é um conjunto rígido de expressões. Sua organização estrutural se caracteriza – sendo como é produto e processo histórico – como um vasto universo de variedades expressivas, de formas alternativas, o que implica antes escolha que submissão.

Mas a reflexão sobre a língua não se encerra aí.

Será preciso também compreender sua realidade sociocultural e histórica, i.e., a língua como um conjunto múltiplo e entrecruzado de variedades geográficas, sociais, estilísticas, de registros e de gêneros textuais e discursivos. Isso implica entender a língua como diretamente correlacionada com a vida e a história dos diferentes grupos sociais que a utilizam. Implica também desenvolver crítica aos preconceitos lingüísticos (que estão ainda tão arraigados entre nós no Brasil), estimulando práticas positivas diante das diferenças e contribuindo assim para a reconstrução do nosso imaginário nacional sobre a língua.

Por fim, cabem algumas palavras sobre o estudo da norma padrão. Ele tem por objetivo o domínio das formas de linguagem recobertas por valores positivos e vistas como adequadas na fala formal e na escrita. O padrão constitui, nesse sentido, uma força relativamente unificadora em meio à grande diversidade de modos de falar, como vimos acima. Por isso, ele tem certa estabilidade no tempo e transcende limites regionais e sociais.

No seu estudo, o estudante precisa, antes de mais nada, entender claramente que o padrão é uma dentre as muitas variedades da língua, com funções expressivas e socioculturais específicas. Ao lado disso, é indispensável compreender que o padrão não constitui uma camisa de força, mas admite inúmeras formas alternativas (o padrão é, portanto, flexível); e não é tampouco um monumento pétreo, fixado de uma vez para sempre, mas muda com o passar do tempo.

Talvez o melhor caminho para se atingir o domínio da norma padrão seja o contato direto e sistemático com a língua viva, i.e., com textos oriundos das mais diversas fontes, em particular dos meios de comunicação social (revistas e jornais de boa qualidade); e, claro, com os textos literários. Os artistas trabalham com a língua viva e transitam, portanto, entre as muitas linguagens sociais. Por isso, costumam surpreender mais facilmente inovações que estão ocorrendo na norma padrão e as recriam esteticamente.

Nesse sentido, a leitura de textos literários é fundamental no universo de quem pretende dominar a língua padrão – neles, talvez mais do que em qualquer outro tipo de texto – é visível a diferença das linguagens e dos pontos de vista que ampliam nossos horizontes.

Referências

BAGNO, M. 2001. *Português ou brasileiro?- um convite à pesquisa.* São Paulo, Parábola.

BANDEIRA, M. 1970. *Estrela da vida inteira.* 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio/Instituto Nacional do Livro.

BECHARA, E. 2000. *Moderna gramática portuguesa.* Rio de Janeiro, Lucerna.

BORBA, F. da S. (coord.). 1990. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil.* São Paulo, Editora da UNESP.

FARACO, C.A. 2002. A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e cercanias. *Língua e instrumentos lingüísticos*, **7**:33-51.

FREIRE, L. s.d. *Regras práticas para bem escrever.* 9ª ed., Rio de Janeiro, Editora A Noite.

ILARI, R. 2001. *Introdução à semântica: brincando com a gramática.* São Paulo, Contexto.

KOERNER, E.F.K. e ASHER, R.E. (eds.). 1995. *Concise History of the Language Sciences: from the Sumerians to the Cognitivists.* Oxford, Pergamon (Elsevier Science).

MARTINS, W. 1977. *História da inteligência brasileira.* São Paulo, Cultrix.

NEVES, M.H. de M. 2000. *Gramática de usos do português.* São Paulo, Editora da UNESP.

PAGOTTO, E.G. 1998. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Línguas e instrumentos lingüísticos,* **2**:49-68.

PFROMM NETO, S. 1974. *O livro na educação.* Rio de Janeiro, Primor/MEC.

SARAIVA, A.J. e LOPES, Ó. s.d. *História da literatura portuguesa.* 5ª ed., Porto, Porto Editora.

SILVA NETO, S. 1977. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.* 4ª ed., Rio de Janeiro, Presença.

Carlos Alberto Faraco

Professor Titular (aposentado) de Lingüística da Universidade Federal do Paraná